

MANIFESTAÇÃO NACIONAL

10 MAIO

14H30 / LISBOA

MARQUÊS DE POMBAL



**RESIDÊNCIA OFICIAL^o
PRIMEIRO-MINISTRO**

AUMENTAR OS SALÁRIOS

REPOR E VALORIZAR AS CARREIRAS

CONTAGEM DE TODO O TEMPO DE SERVIÇO

REVOGAR O SIADAP

DEFENDER OS SERVIÇOS PÚBLICOS

O governo PS, apesar de criadas as condições para uma efetiva mudança de políticas, tem falhado, por opção própria, e não apenas por imposições externas, na tomada de medidas que são cruciais para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública.

**Vale a pena lutar!
É PELA LUTA QUE LÁ VAMOS!**

Foi a luta determinada e decisiva dos trabalhadores da Administração Pública que tornou possível reverter algumas das medidas mais gravosas que PS, PSD e CDS implementaram contra os direitos dos trabalhadores e contra os serviços públicos nas últimas décadas, como é o caso das 35 horas e dos 4 feriados, do pagamento do Subsídio de Natal por inteiro ou do fim da sobretaxa do IRS.

PARA AVANÇAR

continuar a lutar

É tempo de dizer BASTA!

Em resultado do congelamento dos salários, imposto desde 2009 e das carreiras desde 2005, os trabalhadores da Administração Pública perderam, em média, 15,6% do poder de compra, sendo que em algumas categorias profissionais a perda ultrapassa os 20%.

A aplicação dos 635,07€, valorizando os salários mais baixos, deixou de fora mais de 600 mil trabalhadores que se mantêm sem qualquer aumento salarial desde 2009!

Com esta medida, o Governo PS viola o princípio da proporcionalidade dos salários, apaga o direito à progressão que os trabalhadores adquiriram durante a carreira, roubando os pontos àqueles que beneficiariam do aumento do salário mínimo, confundindo aumentos com progressões.

O direito à progressão na carreira, sendo “faseado” significa uma importante perda pecuniária para os trabalhadores e muitos nem tiveram qualquer progressão em consequência de um sistema de avaliação de desempenho profundamente injusto.

**Frente
Comum**

Sindicatos
Administração
Pública

Não baixaremos os braços!

A FRENTE COMUM APELA À MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS TRABALHADORES NA MANIFESTAÇÃO NACIONAL NO DIA 10 DE MAIO, POR:

**Frente
Comum**

Sindicatos
Administração
Pública

VOTAR É LUTAR!

NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES, VAMOS LEVAR A LUTA AO VOTO!

O próximo dia 26 de Maio, data das eleições para o Parlamento Europeu, é também um dia de luta e uma oportunidade para demonstrar a nossa indignação pela falta de resposta aos nossos problemas e às nossas justas reivindicações, votando em massa em quem, de forma consequente, tem defendido os direitos dos trabalhadores.

«Não há dinheiro?»

Há dinheiro sim! Não há é vontade!

SÓ NO NOVO BANCO, EM 2019, O GOVERNO VAI ENTERRAR MAIS DE 1000 MILHÕES DE EUROS!

É inaceitável que o actual Governo PS continue a alinhar com o PSD e o CDS na defesa dos interesses do grande capital e da União Europeia, para prosseguir uma política de ataque aos direitos dos trabalhadores, de que são exemplo a intenção de agravar a legislação laboral, e de manutenção do congelamento salarial para mais de 600 mil trabalhadores da Administração Pública!

É inaceitável a manutenção do bloqueio das carreiras da Administração Pública, e condenamos que as propostas de revisão, apresentadas pelo Governo PS, apenas visem a sua desvalorização.

Exigimos a regularização dos vínculos precários. É inaceitável que cerca de metade dos trabalhadores abrangidos pelo PREVPAP permaneçam por regularizar. É inaceitável que, em simultâneo, as entidades públicas continuem a contratar com vínculos precários trabalhadores para o desempenho de funções permanentes.

Exigimos a defesa da ADSE. A ADSE é dos trabalhadores que para ela descontam, e muito! Não pode estar refém dos apetites dos grupos económicos da área da saúde e dos seguros. É urgente que o Governo PS tome medidas que impeçam as intenções dos privados e garantam o carácter público do sistema ADSE.

Rejeitamos a transferência para as autarquias de importantes funções sociais do estado como a educação e a saúde, entre outras, abrindo caminho à privatização, pondo em causa o acesso universal das populações a estes serviços, e os direitos dos trabalhadores.

✓ Aumento real dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de 60€ nas remunerações até 1500€

✓ Aumento do salário mínimo na Administração Pública para 650 euros

✓ Revisão da Tabela Remuneratória Única (TRU), estabelecendo o salário mínimo de 650€ como primeira posição e subindo as demais posições remuneratórias

✓ Reposição e valorização das carreiras e profissões

✓ Contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira

✓ Regulamentação dos suplementos, nomeadamente do suplemento de insalubridade, penosidade e risco

✓ Aumento do subsídio de refeição

✓ Descongelamento das ajudas de custo, abono para falhas e subsídio de transporte

✓ Reposição do direito ao mínimo de 25 dias de férias

✓ Alteração da legislação dos acidentes em serviço, unificando com o regime geral

✓ Resolução de todas as formas de precariedade e conclusão do PREVPAP, sem exclusão de quem tenha funções permanentes

FOI COM A LUTA QUE CONSEGUIMOS AVANÇOS E REPOSIÇÕES!

É com a continuação da luta que lá vamos!

Os trabalhadores da Administração Pública não desistem e continuarão, também, a sua luta! É uma luta de todos e que interessa a todos, pela valorização e democratização no acesso às funções sociais do Estado, com serviços públicos de qualidade e universais, que respondam aos anseios das populações e aos interesses de progresso do País. Essas funções requerem trabalhadores dignificados, motivados, valorizados e com direitos.

A Frente Comum apela aos trabalhadores da Administração Pública para que no dia 10 de Maio, participem massivamente nesta luta dando voz ao protesto e à razão das nossas reivindicações